

PLANO DE GOVERNO

MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ - MS

Gestão 2021 - 2024

Candidatos:
Hélio Peluffo - Prefeito
Eduardo Campos - Vice-Prefeito

Coligação: Somos Todos Ponta Porã

O PREFEITO DE TODOS, **POR TODOS.**

HÉLIO45

VICE EDUARDO CAMPOS



PLANO DE GOVERNO

1. Apresentação das especificidades do Município de Ponta Porã

O Município de Ponta Porã, com uma população de aproximadamente 100 mil habitantes e com densidade demográfica de 14,61 hab/km², é uma cidade com uma realidade econômica muito satisfatória, considerando o conjunto das cidades do Mato Grosso do Sul e também do Brasil, ocupando o quinto lugar no Estado em PIB/per capita nas proximidades de R\$ 30 mil; e, com 16% de sua população plenamente ocupada.

Comparando os dados de Ponta Porã com Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, com exceção a sua condição industrial, verificamos que em todos os outros quesitos, respeitada a relação populacional entre elas, Ponta Porã está em condição de muita similaridade com as demais cidades. Contudo, há que mencionar que Ponta Porã é uma cidade singular com atributos e predicados únicos dada pela sua condição fronteiriça.

De fato: Ponta Porã não é uma cidade comum. Ela é muito especial. Sua condição geográfica permite a movimentação de pessoas entre as cidades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero que consolida um movimento equivalente a uma cidade superior a 200 mil habitantes. Ou seja, Ponta Porã possui uma circulação de pessoas no mesmo nível de Dourados, dobrando seu fluxo comercial com intenso movimento de pedrojuaninos. Esta constatação modifica o olhar tradicional e solidifica outras formas de interpretação sobre a dinâmica urbana da cidade de Ponta Porã, visto que o saldo social, econômico e político será dividido e multiplicado entre duas cidades.

Estudos científicos constataam que as duas cidades, por serem de Países diferentes, nunca entram em crise em conjunto. Nestes termos, cada trabalho criado, cada loja aberta, cada indústria funcionando em uma cidade implica em ganhos efetivos para Ponta Porã e Pedro Juan ao mesmo tempo. Esta é uma das fortes razões para que o IDH, GIMI, Renda Per Capita, criação de postos de trabalho e arrecadação tributária de Pedro Juan Caballero e, muito especialmente, de Ponta Porã tenham crescimento exponencial desde 1991.

De maneira geral, a classe empresarial demonstra compreender e atuam sincronizados a essa dinâmica particular de duas cidades gêmeas que se completam. E a capacidade de investimento nas duas cidades espelham essa realidade.

É inegável, é visível e é fácil de constatar que Ponta Porã melhorou e melhorou muito, nestes últimos quatro anos. Ponta Porã vive uma outra realidade e o estado de negligencia que assolava a cidade vem sendo superado a cada dia.

O volume, a qualidade e a manutenção da pavimentação asfáltica foi uma marca da Administração Pública de Ponta Porã nestes últimos quatro anos. Os serviços são uma realidade e a sua eficiência está comprovada pelo nível e qualidade da pavimentação das ruas, permitindo melhor circulação entre todas as regiões da cidade. Mas, não apenas isto. A modernização da malha viária, possibilita a articulação, expande as relações comerciais, facilita chegar nas escolas, reduz o ambiente de trânsito trazendo segurança para o conjunto de toda população. Está aqui a razão de Ponta Porã está mais limpa e mais organizada.

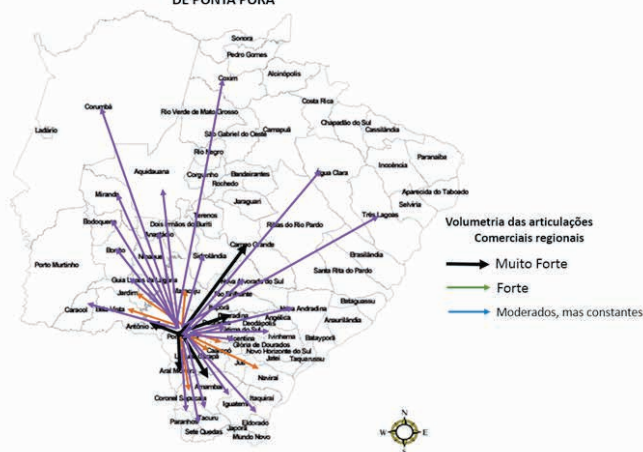
Tais fatos, também controlam a erosão, facilitam a limpeza e a coleta de lixo, prolongando a vida útil da pavimentação e a qualidade de vida da população.

O contorno da cidade proporcionado pelo Anel Rodoviário, que vai possibilitar a retirada do trânsito de caminhões do centro da cidade, já não é mais apenas um sonho. As obras de pavimentação do Anel estão acontecendo em ritmo plenamente satisfatório.

No que concerne ao potencial de desenvolvimento econômico e urbano da cidade, dados estatísticos demonstram que há possibilidade de se articular uma significativa ampliação do espaço de transação comercial via aduana de Ponta Porã para entrada e saída de produtos originários dos Estados brasileiros.

Observando o volume de circulação dado pela Nota Fiscal Eletrônica da Secretaria de Fazenda do MS, observa-se que Ponta Porã promoveu mais de 15 mil operações/ano de vendas para as cidades de Amambai, Antônio João, Aral Moreira e Dourados; mais de 5 mil operações/ano para Bela Vista, Cel Sapucaia, Laguna Caarapã e Maracaju; e, mais de 1 mil operações/ano para mais quinze outros municípios. Ver Figura 1 (Mapa 1).

Mapa 1. ARTICULAÇÃO COMERCIAL REGIONAL DE PONTA PORÃ



Sendo, entretanto, que deste volume, seis dentre estes municípios (Antônio João, Laguna Caarapã, Amambai, Cel. Sapucaia e Paranhos) tiveram mais circulação com Ponta Porã do que com qualquer um outro. Esta capacidade de articulação sub-regional fez com que Ponta Porã fosse classificado como um polo geográfico de ligação pela metodologia da Segunda Aproximação do ZEE/MS. Dentro da Faixa de Fronteira (MS) sua dimensão é, apenas, menor que a ligação de Dourados (como Cidade Regional) com seu entorno.

A rede de serviços públicos, serviços privados, comunicação, informação e marketing, bem com a disponibilidade de infraestrutura fornecida pelas duas Cidades permite mobilizar um arco de articulação-atuação muito expressivo. Considerando dados do CADEF (Grupo de Pesquisa da UFMS) cultivados a partir da circulação de coletivos e o número de passagens emitidas no Terminal Rodoviário de PJC em 2016, permite constatar que esta Conurbação estende sua hinterlândia para Bella Vista Norte, San Carlos, Capitan Bado, Horqueta, Ypé Jhu, San Pedro, Concepción, Belén, Isidro Rasquin, entre outros núcleos populacionais menores. Assim, como constatado nas Figuras 1 e 2, a condição de ser Polo de Geográfico de Ligação, Ponta Porã desenharam um arco de abrangência e interferência territorial somente superada, regionalmente por Dourados e Campo Grande (Figura 4) dentro do Mato Grosso do Sul, mas com a particularidade (e vantagem) de que sua amplitude abarcar outro país.

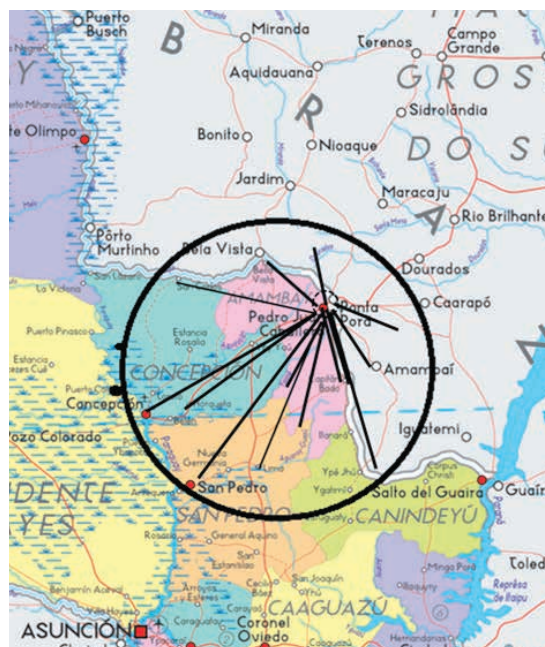


Figura 4 – Arco de Abrangência da Conurbação PP-PJC

As condições atuais das aduanas da conurbação PP-PJC com relação aos níveis de articulação (comércio externo, aduanas, estrutura urbana, etc.) já se colocam em sensíveis posição de estrangulamento, podendo chegar a um estágio crítico em curto período.

Em termos nacionais, Ponta Porã possui uma articulação perene e significativa com vários estados brasileiros, os dados do triênio 2014-2016 retratam uma relação comercial muito abrangente, conforme se observa a “Distância Econômica de Ponta Porã com os Estados da Federação” (Figura 3). A distância, neste caso, refere-se ao volume e a constância comercial transacionado entre Ponta Porã e outras Unidades Federativas, fazendo com que quanto maior as relações comerciais, maior a proximidade.

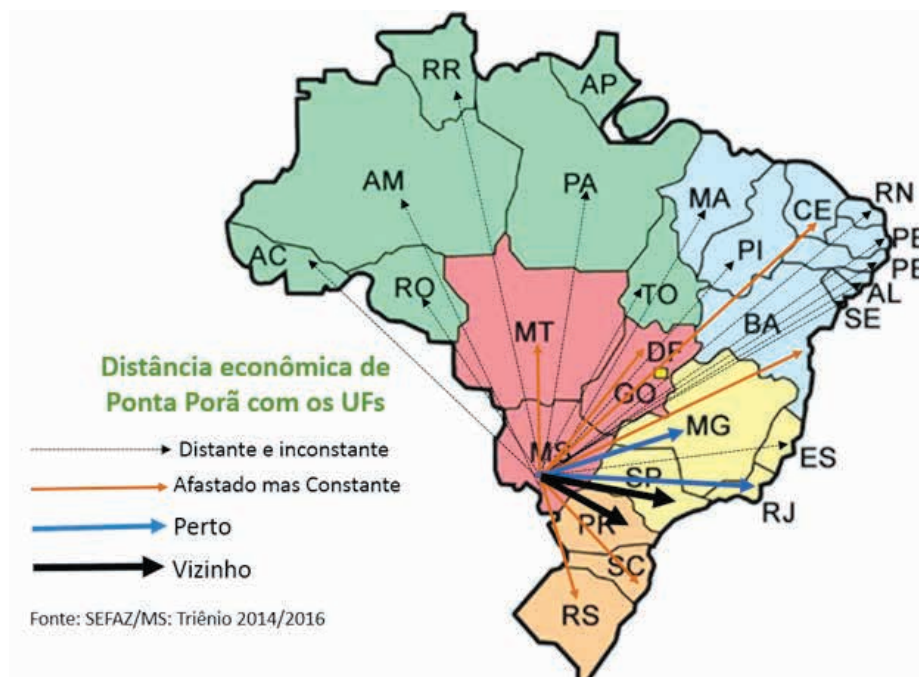


Figura 3 – Distância econômica de Ponta Porã para seus parceiros comerciais.

Pelo lado internacional a desenvoltura de Ponta Porã retrata uma paisagem produtiva e de circulação territorial significativa e consistente. Pedro Juan Caballero é o segundo maior centro de reexportação do Paraguai (tradicional atrativo turístico regional) e um centro universitário de destaque – sete universidades com cursos de graduação e pós-graduação com mais de dez mil alunos brasileiros. A atual lei de atração de Maquilas com satisfatório crescimento.

Todos estes elementos elencados acima conjugam para um potencial expressivo em termos de desenvolvimento Regional, tendo Ponta Porã como um Polo atrativo de investimentos. A indústria hoje quer portfólio. Neste caso, a presença de um Parque Tecnológico e um Porto Seco assim se colocam. Mas, um instrumento que não deixou de ser atrativo é a concessão de terrenos, mas não no modelo de núcleos industriais. A Prefeitura pode criar mecanismos de concessão de terrenos espalhados pela cidade. Ponta Porã possui um volume considerável de área urbana desocupada que pode ser utilizada para esta finalidade rapidamente, onde todos ganham, o proprietário do terreno, a população do entorno e a Prefeitura com arrecadação.

Considerando os avanços alcançados nos últimos quatro anos de gestão e a realidade econômica, financeira e social do Município, orientando-nos pelo conceito de Governança Pública que envolve a implementação de políticas públicas e a prestação de serviços de interesse da sociedade, apresenta-se o Plano de Governo para a gestão de 2021-2024, incorporando valores que ficam exteriorizados nas estratégias, programas e ações que já vem sendo adotadas pela atual administração, cuja continuidade se pretende garantir através de uma gestão calcada em três pilares: I. gestão social; II. gestão econômica e sustentável; e, III. gestão estratégica, conforme metas especificadas a seguir:



2. Plano de ações - Planejamento estratégico

2.1. Educação

Respeitando a outorga de competência prescrita pela Constituição Federal, que atribui ao Município a responsabilidade pela organização da Educação pré-escolar e do ensino fundamental, podendo contar com o apoio financeiro da União e do Estado, orientando-se pelos princípios que regem o sistema educacional e as Diretrizes e Bases da Educação enunciados pela Lei n. 9.394 de 1996, apresentam-se as seguintes metas:

- i. Modernizar a Gestão por meio de critérios estabelecidos visando à melhoria do processo de escolha para a direção escolar;
- ii. Retomar o projeto de implantação gradativa de ensino em tempo integral nas escolas municipais, assegurando reforço escolar, atividades complementares de esporte e educação artística, desenvolvendo talentos e colaborando para o crescimento pleno e integral das nossas crianças;
- iii. Regulamentar as atividades desenvolvidas pela FUNCESPP que são desenvolvidas no contra turno;
- iv. Construção de uma escola com 20 salas de aula (ZONA NORTE) nas proximidades do bairro Jamil Saldanha para atender a demanda dos bairros adjacentes;
- v. Construção de uma escola com 20 salas de aula no Bairro Salgado Filho (ZONA SUL) para atender a demanda dos bairros adjacentes;
- vi. Combater de todas as formas e em todas as frentes o analfabetismo, criando cursos, turnos e atividades diferenciadas que atraiam as pessoas para a escola;

- vii. Melhorar a estrutura física das escolas e instalar com ar-condicionado;
- viii. Aquisição de materiais pedagógicos tecnológicos, como notebook para Professores, Coordenadores Pedagógicos, entre outros;
- ix. Criar uma sala de situação que confronte os dados da Educação/ Saúde e Assistência Social;
- x. Regionalizar as matrículas da rede municipal de ensino para aperfeiçoar o processo de ensino aprendizagem;
- xi. Adequação dos CEINFS de Sanga Puitã e Jardim Ivone, para atender a demanda de Escola em Tempo Integral;
- xii. Adequação da escola Conceição Capiberibe Saldanha para atender a demanda de Escola em Tempo Integral;
- xiii. Criar nas Instituições de Ensino e CEINFs salas STLEAM - Science, Technology, Language, Engineering, Arts and Mathematics -, equipando-as com kits educacionais de: Robótica, Ciências e Matemática;
- xiv. Manter a qualidade da alimentação fornecida aos alunos da rede pública de ensino, priorizando os alimentos com alto valor nutricional, valorizando e incentivando a agricultura familiar;
- xv. Criar Centro de Iniciação Musical, Artística e Cultural;
- xvi. Renovar o mobiliário Escolar das Instituições de Ensino e CEINFs, substituindo, gradativamente, os quadros de Giz por quadro de vidro nas escolas;
- xvii. Construir e equipar um prédio com 2 salas sendo uma Sala de Biblioteca e uma Sala de Tecnologia (STLIM) em cada escola e CEINF , tornando-se uma marco Tecnológico e cultural da administração;
- xviii. Implantação de currículo escolar que atenda as especificidades do aldeamento indígena e demais minorias.

2.2. Saúde

Respeitando a outorga de competência prescrita pela Constituição Federal no que pertine ao atendimento à saúde, que poderá contar com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, observando as diretrizes para a promoção, proteção e recuperação da saúde prescritas pela Lei n. 8.080 de 1990, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde – SUS -, seguindo a organização e funcionamento dos serviços impostos a cada ente, apresenta-se o programa de governo:

- i. Construção da Secretaria Municipal de Saúde;
- ii. Reforma de todas as ESFs.

- iii. Ampliação do ESF Itamarati Sede.
- iv. Implantação e Construção do Caps Infantil;
- v. Implantação e Construção do CER - Centro Especializado de Reabilitação Tipo III- Reabilitação Intelectual, física e Auditiva.
- vi. Hospital Regional:
- vii. Construção de um novo Pronto Socorro através de parceria formalizada com o Estado e a União.
- viii. Construção de uma UTI Neonatal/pediátrica;
- ix. Ampliação do Centro Cirúrgico.
- x. Buscar mecanismos para a implementação de novo centro cirúrgico – ampliação de capacidade de cirurgia e leitos (buscar emendas)
- xi. Ampliar a quantidade de Academia de Saúde Pública ao ar livre.
- xii. Reformar IML através de parceria que será formalizada com o Ministério Público e Poder Judiciário – obra será custeada pelo Município e os equipamentos pelo MP e pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública;
- xiii. Aquisição de Equipamentos médicos e medicamentos para abastecer todas as ESFs.
- xiv. Aquisição de novos Veículos e Ambulâncias para suprimir demandas. Troca permanente, com frota sempre nova, garantindo qualidade do serviço e redução no custo de manutenção;
- xv. Melhorias na carreira funcional dos Profissionais de Saúde, com a implementação do PCCR (Plano de cargos, carreira e remuneração).
- xvi. Capacitação dos profissionais de saúde com Educação Continuada e Educação Permanente.
- xvii. Implantação de um centro de referência especializado e focado na Saúde da Mulher, Saúde da Criança e Saúde do Homem.
- xviii. Construção de novas Estratégias de Saúde da Família nos Bairros: Vila Áurea; Kamel Saad, Apa.
- xix. Adesão ao Programa Saúde na Hora, ampliando o horário de atendimento nas ESF que possuem maior demanda.
- xx. Ampliação do número de equipes dos ESFs, para atingir uma cobertura de 100% da atenção básica no município.
- xxi. Cobertura de Pediatria em 100% dos ESFs.

- xxii. Com o Objetivo de zerar as demandas reprimidas: Aumentar a quantidade de ações do Programa Saúde Mais perto de Você, Utilizando as duas Unidades Móveis de Saúde (carretas de saúde) e ampliar o programa que já demonstrou sua pertinência;
- xxiii. Aquisição de novos exames especializados.
- xxiv. Saúde Mental: Abertura do Caps AD 3 (Álcool e drogas), estabelecendo parcerias com a microrregião (7 cidades em torno de Ponta Porã);
- xxv. Implantação da Unidade de Acolhimento e Residência Terapêutica;
- xxvi. Formalizar convênio com Fundações para a realização de exames cardiológicos de maior complexidade;
- xxvii. Incentivar iniciativa privada para a instalação no Município de Clínica hemodinâmica;
- xxviii. Ampliar atendimento de cabeceira – EMAD – atendimento especializado;
- xxix. Instituir programa de reabilitação oral na população idosa do Município;
- xxx. Aprimorar o atendimento à saúde indígena.

2.3. Desenvolvimento urbano, emprego, renda e habitação

É obrigação de toda gestão pública voltar os seus olhos ao desenvolvimento urbano, como fator fundamental de ganho de qualidade de vida, impondo-se o planejamento estratégico como ferramenta de qualidade administrativa para a gestão de cidades e, em especial, para administrar as políticas de desenvolvimento local. O desenvolvimento local é apresentado como um processo que ultrapassa a dimensão dos fatores econômicos e é visto como sendo a melhora, no sentido amplo, da qualidade de vida dos moradores da localidade, irradiando seus efeitos na geração de rendas e no oferecimento de moradia digna aos cidadãos. É o que nos propomos a continuar fazendo a partir das seguintes medidas:

- i. Implantar o Parque Tecnológico - PTin – com a construção de sua sede em um espaço de 1000 m² capaz de abrigar start ups, spin offs, empresas residentes, um local para qualificação profissional, cowork e laboratórios de pesquisa para universidades, o que possibilitará o nascimento de várias empresas, o aumento do volume de emprego, bem como o incentivo ao desenvolvimento econômico no Município, criando instrumentos para a modernização dos serviços públicos dentro do conceito de cidade inteligente e integrando a pequena propriedade rural ao contexto avançado do agronegócio, firmando parceria com a UEMS;
- ii. Auxiliar politicamente e financeiramente com a doação de terreno (com infraestrutura urbana) a criação do Porto Seco em Ponta Porã em parceria com Pedro Juan Caballero, a fim de facilitar o desembarque aduaneiro permitindo, assim, que: a) Ponta Porã seja incorporada a Rota Bi-Oceânica (chegando até aos portos chilenos) reduzindo em muito os custos com o transporte de produtos do agronegócio; b) utilizar o Porto de Concepción para exportar produtos do Mato Grosso do Sul, mas, sobretudo, importar produtos como adubos e fertilizante para agricultura barateando o custo para produtores rurais, além de permitir a importação de automóveis, entre outros; c) agrupamento, dentro

de uma perspectiva de tempo curto, de vários setores ligados a armazenagem, silagem e indústrias, de médio e grande porte, ligadas ao setor export-import, consubstanciando-se em empreendimento com alta capacidade de produzir um volume muito significativo de empregos e utilizar tecnologia avançada.

iii. Adoção de medidas para buscar a formalização de consórcio com o setor industrial maquilero de Pedro Juan para importação de matérias-primas e exportação de produtos acabados para qualquer parte do mundo.

iv. Construção do Centro Urbano de Comércio Agroalimentar, não apenas um tradicional “Mercadão”, mas sim, um suporte físico que permita ser utilizado, pelo setor rural, para intermediação de venda-e-compra no atacado, que seja equipado com tecnologia para ter acesso a outros mercados, permita parcerias estratégicas, relacionamentos com modalidades avançadas de intermediação, promover marketing agrícola, e, possibilite parcerias com universidades e centros de pesquisa, com o Parque Tecnológico, entre outros.

v. Criação de projeto técnico consistente direcionado a indústria de porte médio e pequeno (visto que a grande indústria se destinaria para o entorno do Porto Seco), com vinculação ao PTin e um projeto de marketing, voltado a materializar instrumentos efetivos de atração de investimentos no setor industrial.

vi. Formalização de convênios com entidades nacionais e internacionais nas áreas científicas, tecnológicas, promoção econômica, gestão empresarial e profissionalização de mão-de-obra – articular-se com entidades representativas do setor empresarial;

vii. Dar continuidade na gestão democrática da política urbana;

viii. Redução dos vazios urbanos e do déficit habitacional, com a construção de novas unidades habitacionais.

ix. Criação de Parques Lineares.

x. Ampliação da ciclovias;

xi. Pavimentação asfáltica nos bairros: Julia Cardinal, Moca, Jardim das Rosas e adjacências, Nova Ponta Porã, Coimbra, Residencial Ponta Porã 2 (região norte), Jardim Independência, Guy Vilela (Inove);

xii. Concluir em parceria com o Governo do Estado a pavimentação do contorno viário Sul;

xiii. Alargamento e urbanização da MS 164 – saída para Antônio João -, em parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul;

xiv. Revitalização de toda a linha internacional com recursos do FONPLATA em parceria com o Governo Municipal paraguaio;

xv. Dar continuidade nas políticas de acessibilidade.

2.4. Segurança Pública

O setor de segurança pública em Ponta Porã continuará recebendo a atenção e investimentos necessários de sorte a proporcionar a sua população a segurança tão almejada que culmina por refletir na qualidade de vida dos cidadãos. Assim, apresentam-se as seguintes metas:

- i. Perseguir política pública de valorização do servidor público lotado na secretaria municipal de segurança com a elaboração de um PCCR que atenda minimamente as suas necessidades, dentro dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
- ii. Construir a sede própria da Guarda municipal;
- iii. Instalar a agência de trânsito;
- iv. Dar continuidade a manutenção da frota, promovendo a sua renovação gradativa na medida em que as necessidades assim exigirem;
- v. Ampliar o serviço da guarda municipal as áreas sensíveis do Município, tais como escolas, postos de saúde e demais órgãos públicos;
- vi. Ampliar o serviço de monitoramento por câmaras.

2.5. Assistência Social e cidadania

O Sistema Único de Assistência Social, estruturado em todo o país, culminou por extirpar da administração pública a velha política do favorecimento pessoal, que transformava a assistência social em assistencialismo. Nossa administração cuidou de implementar o SUAS tendo em conta todo o regramento constitucional e social que permeiam o tema, observando as obrigações impostas pelo artigo 203 da Constituição Federal quanto a implementação de ações de proteção à família, maternidade, infância, adolescência e velhice e integração ao mercado de trabalho.

Dando continuidade a essas ações são apresentadas as metas para a próxima gestão:

- i. Instituir um núcleo de qualificação profissional e geração de renda aos adolescentes, jovens e adultos em parceria com os sistemas e instituições que realizam esse trabalho no município;
- ii. Criar um núcleo intersetorial de políticas públicas, visando o trabalho conjunto com as demais secretarias, com o intuito de assistir de forma integral e apoiar indivíduos e famílias em situação de violação de direitos em decorrência da violência, uso de substâncias entorpecentes, desemprego, entre outros, além de realizar projetos de prevenção a vulnerabilidade e riscos sociais;
- iii. Fortalecer a política de proteção ao idoso no município, realizando trabalho de sensibilização e ações conjuntas com as igrejas, clubes de serviços e outros segmentos da sociedade, com vistas a inserir os idosos nas suas atividades e prevenir a segregação;
- iv. Apoiar, por meio das equipes de referências dos CRAS, as famílias no cuidado do idoso em seu domicílio;

- v. Implantação de polos em todos os setores do município para atendimento dos idosos com a oferta da prática de atividades física, tais como dança, música (coral), passeios cultural, lazer e espiritualidade, ampliando as atividades de convivência do idoso;
- vi. Criação de Centro Dia, em parceria com a secretaria de saúde e a iniciativa privada, voltado a prevenção do afastamento o idoso do convívio familiar, fortalecendo a sua qualidade de vida;
- vii. Ampliar a oferta de atividades físicas as crianças e adolescentes para potencializar as ações de proteção integral e fortalecer a prática da cidadania;
- viii. Promover continuidade das ações em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município, contribuindo para a superação da defasagem escolar oriundo da pandemia e outras violações de direitos.
- ix. Fortalecer a política de atendimento à mulher, criando ações de prevenção e atendimento das vítimas de violência doméstica em articulação com as demais políticas públicas;
- x. Implantação de canal de comunicação com funcionamento 24 horas para recebimento de denúncias de violações de direitos.
- xi. Aprimorar o projeto de atendimento à homens agressores de violência doméstica, com o objetivo de fortalecimento das famílias.
- xii. Fortalecer os programas de atendimento às famílias vulneráveis prestado por meio do CRAS;
- xiii. Fortalecer o atendimento à população de rua prestado pelo CREAS;
- xiv. Aprimorar o auxilio funeral prestado à população carente e indigentes;
- xv. Estabelecer integração com a rede de atendimento à criança – articulando ações com a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.



2.6. Esporte, lazer e cultura

Dando sequência em uma política pública de esporte, lazer e cultura que culmine com a aceitação e adesão por parte das comunidades beneficiárias, a valorização das atividades preexistentes e da cultura local, a atuação em diferentes tipos de espaços, a diversificação das atividades realizadas e a preocupação com o desenvolvimento de atividades para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, a administração seguirá garantindo os direitos sociais de acesso ao esporte, ao lazer e a cultura por parte da população, com as seguintes medidas:

- i. Potencializar e incentivar as atividades físicas para a terceira idade nos centros de lazer e parques municipais;
- ii. Realizar parcerias com empresas privadas para propagar ações esportivas nos diversos espaços de práticas esportivas no município;
- iii. Fortalecimento do evento “Verão no Parque” e de sua expansão aos demais parques da cidade. Estender o programa para o “Verão no Horto”;
- iv. Apoio contínuo ao desporto escolar em todas as modalidades e suas diversas categorias;
- v. O esporte amador prosseguirá avançando em todas as modalidades esportivas nos naipes masculino e feminino, como futsal, voleibol, handebol, basquete, atletismo, ciclismo, pedestrianismo (Corrida Internacional Fronteira da amizade) esportes radicais e demais modalidades, além do futebol com os eventos:
 - Copa dos Campeões – Cidade de Ponta Porã
 - Copa dos 40 Master
 - Copa Internacional dos Veteranos da Fronteira
 - Copa Integração do Assentamento Itamarati
 - Taça Cidade de Ponta Porã
 - Taça Cidade de Ponta Porã – Bom de bola, melhor na escola.
- vi. Manutenção das escolinhas desportivas: Capoeira, Judô, Xadrez, Voleibol, Atletismo, basquete, futsal, handebol, xadrez, entre outros.
- vii. Introdução de novas modalidades esportivas nas escolinhas desportivas como tênis, badminton, padle, entre outros.
- viii. Manutenção dos espaços esportivos
- ix. Implantação do PROGRAMA ESPORTE PARA TODOS (atendimento de crianças, jovens, adultos e idosos) nos Centros de Lazer de todos os bairros, propiciando assim o esporte comunitário.
- x. Construção da concha acústica no parque do Horto Florestal explorando o seu espaço para atividades esportiva (danças, ginásticas, entre outros) e cultural;
- xi. Adaptar gradativamente as instalações esportivas com acessibilidade para pessoas com deficiência e incentivar a prática do paradesporto.

xii. Ampliação dos pontos da “Academia ao ar livre”

xiii. Construção Centro esportivo no Marambaia

xiv. Democratização da Política Pública de Cultura, por meio de projetos e atividades culturais que descentralize as ações alcançando de forma planejada toda população da região central, aos bairros, zona rural e assentamentos;

xv. Desenvolver projetos e atividades alinhadas com as instituições de ensino buscando ampliar o conhecimento por meio de pesquisa e aulas de campo como estratégia para formação de uma população avida para apreciar as manifestações culturais e comprometimento com o pleno exercício da cidadania.

xvi. Promover o sentimento de pertencimento da nossa população por meio da valorização da nossa história através de projetos que enfatize a importância da preservação da memória e prédios históricos como fonte de salvaguarda do conhecimento.

xvii. A idealização e realização de eventos culturais em parceria com Governo Federal e estadual que possam fomentar a nossa produção cultural e o chamado Turismo de Eventos responsável pelo fortalecimento de nossa economia, tendo como exemplo, Festival de Inovação, Cultura, Empreendedorismo e Arte-FICA.

xviii. Valorização das nossas festas populares como fundamental para manutenção de nossas raízes, fortalecendo as manifestações como Festa do Divino, Carnaval, Padroeiro São José, Marcha para Jesus, Aniversário de Ponta Porã e Festival e Gastronomia, Dança, Música, Artesanato e Audiovisual que reúna costumes e tradições que representem as regiões e povos que escolheram Ponta Porã para estabelecer as suas gerações.

xix. Promover e apoiar workshops, palestras e seminários voltados para capacitação do setor cultural, artistas, produtores, associações, coletivos culturais para efetivo aprimoramento das manifestações culturais existentes em Ponta Porã.

xx. Valorização dos nossos parques e praças como forma de espaço para manifestações culturais, Reaparelhamento dos espaços culturais, buscando recursos que possam serem adaptados, revitalizados os espaços já existentes e elaborar projetos que contemple recursos voltados para instalação e construção de novos aparelhos culturais que consideramos de fundamental importância para consolidação da arte e cultura em Ponta Porã.

2.7. Administração Municipal

Dando continuidade nas ações já implementadas, com a adoção de planejamento estratégico que garanta eficiência nos gastos públicos e na arrecadação, propõe-se a implementação de processos de trabalho simples, seguros e impessoais, com as seguintes ações:

i. Avançar na implantação do programa “papel zero” com o uso de arquivo central 100% digital;

ii. Instituir sistema de informações centralizadas das Secretarias Municipais, garantindo melhor planejamento estratégico;

- iii. Implantação de procedimento administrativo eletrônico garantindo ao cidadão o direito de petição por meio digital e o acompanhamento de seu processo on line;
- iv. Implantação da Unidade de execução de projetos para a centralização de planejamento estratégico do Município, garantindo agilidade nas ações e melhor direcionamento dos investimentos;
- v. Investimento em capacitação de servidores públicos em temáticas específicas;
- vi. Prosseguir na implementação de política de valorização do servidor público municipal, com o objetivo reconhecimento de mérito das ações desenvolvidas pela categoria e seus reflexos em padrões salariais;
- vii. Adotar medidas até aqui exitosas de não permitir atrasos no pagamento da remuneração mensal dos servidores públicos municipais;
- viii. Ampliar o sistema de transparência estabelecido nos últimos quatro anos de gestão;
- ix. Aprimoramento das atividades do Conselho de Desenvolvimento Municipal – CONDECON;
- x. Manter solidez financeira do Instituto de Previdência Social do Município, permitindo que a autarquia tenha condições de construir sua sede própria.



2.8. Meio Ambiente

Buscando o progresso efetivo do saneamento e da gestão ambiental, com consequente melhoria da qualidade de vida e garantia de meio ambiente equilibrado para atuais e futuras gerações, nos últimos quatro anos de gestão a administração pública vem adotando políticas públicas de enfrentamento dos desafios relacionados a essa temática, implementando ações voltadas a proporcionar, a um só tempo, o desenvolvimento urbano de modo sustentável. Dando continuidade a essas políticas, garantindo condições adequadas de vida aos cidadãos pontaporanenses na linha da afirmação do direito à cidade sustentável e à proteção ambiental, apresentam-se as seguintes metas:

- i. Promover o fortalecimento institucional da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a fim de que sejam implementadas políticas públicas de desenvolvimento urbano sustentável;
- ii. Estruturar e operacionalizar a Junta Administrativa de Infracções de Meio Ambiente – JARIMA;
- iii. Revisar a Política Municipal de Meio Ambiente;
- iv. Revisar normas e procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental municipal;
- v. Implementar as ações previstas no Programa Municipal de Coleta Seletiva;
- vi. Criar e estruturar o Conselho gestor de unidades de conservação;
- vii. Revisar o plano de manejo da área de proteção ambiental das nascentes do Rio Apa;
- viii. Atender as metas do Plano Municipal de Saneamento Básico.;
- ix. Implantar o Projeto Fundo de Vale.

2.9. Distritos e Assentamentos

Dando continuidade às políticas públicas implementadas ao longo dos últimos quatro anos de gestão, voltadas a garantir melhores condições e oportunidades na geração de ocupação, renda e desenvolvimento para os moradores dos Distritos e Assentamentos, apresentam-se as seguintes metas:

- i. Reformar escola municipal do distrito de Cabeceira do Apa;
- ii. Ampliação do posto de saúde do distrito de Cabeceira do Apa;
- iii. Reforma e ampliação do posto de saúde do Assentamento Itamarati;
- iv. Atuação junto aos órgãos competentes para buscar a ampliação da rede baixa de energia no Núcleo Urbano do Distrito, e com isso a iluminação pública nos locais que não possuem;

- v. Extensão dos serviços prestados pela FUNCESPP para o Distrito de Nova Itamarati (Futebol, Volei, Violão, Judo, entre outros);
- vi. Buscar recursos para implantação de projetos voltados para Agricultura Familiar, a fim de capacitar os pequenos produtores para a comercialização de seus produtos;
- vii. Fortalecer o Núcleo Urbano, incentivando a fixação de indústrias no Distrito Nova Itamarati, incentivar a capacitação de mão de obra local e fomentando o emprego;
- viii. Buscar recursos para a pavimentação asfáltica e rede de esgoto no Núcleo Urbano do Distrito.
- ix. Buscar emendas para a aquisição de patrulhas mecanizadas para a manutenção das estradas rurais do Distrito de Nova Itamarati e nos assentamentos Dorcelina, Aba da Serra, Nova Era e Corona, bem como prosseguir no processo de conservação de suas estradas;
- x. Viabilizar a instalação e funcionamento de Posto de Combustível no Distrito de Nova Itamarati;
- xi. Pavimentação asfáltica no núcleo urbano do Distrito da Nova Itamarati e gestão junto ao Governo do Estado para o asfaltamento da localidade denominada Copo Sujo até o Distrito de Cabeceira do Apa e daí, até Guia Lopes da Laguna;
- xii. Ampliação da rede de abastecimento de água no Distrito da Nova Itamarati;
- xiii. Proceder a regularização fundiária do Distrito da Nova Itamarati, titularizando os proprietários de imóveis;
- xiv. Incentivar instalação de empresas de depósito de grãos no Distrito da Nova Itamarati.

O PREFEITO DE TODOS, **POR TODOS.**

HÉLIO45

VICE EDUARDO CAMPOS